

19

Nordeste: desenvolvimento recente e perspectivas

TANIA BACELAR DE ARAUJO

RESUMO

O artigo busca identificar as mudanças mais relevantes na trajetória do desenvolvimento do Nordeste do Brasil, analisando tendências dos anos iniciais do século XXI e situando-as no contexto das transformações em curso no país. Ao mesmo tempo em que destaca as permanências mais significativas, procura identificar a influência de políticas federais tanto nas mudanças como nas permanências. Nesse contexto, enfatiza o peso de políticas nacionais de corte setorial (como as políticas sociais, a de elevação do salário mínimo real, a de crédito e a de educação) ao mesmo tempo em que ressalta a pouca relevância de políticas regionais strictu sensu no período analisado. Termina por especular sobre perspectivas e desafios para as próximas décadas.

ABSTRACT

The article seeks to identify the most important changes in the path of development for the Northeast of Brazil, analyzing trends in the early years of the twenty-first century and placing them in the context of the ongoing changes in the country. While highlighting the most significant continuities, it seeks to identify the influence of federal policies on both continuities and changes. Within this context, the text emphasizes the weight of national policies across sectors (such as social policies, the rise of the real minimum wage, credit and education), while underscoring the limited relevance of strictly regional policies in the period analyzed. The report speculates on the prospects and challenges for the coming decades.

INTRODUÇÃO

O presente texto foi elaborado com base em apresentação feita no BNDES, em seminário realizado em fevereiro de 2013, quando o Banco buscava atualizar sua leitura da realidade regional brasileira. Inicialmente, delinea-se o contexto nacional em que se inscreve a dinâmica do desenvolvimento regional. Isso porque, depois da integração do mercado nacional a partir de meados do século passado, as diversas dinâmicas regionais se soldaram e seguem o mesmo movimento – na expansão ou na retração –, embora as es-

pecificidades regionais permaneçam marcando diferenciações importantes na trajetória de cada uma das regiões do país.

Em um segundo momento, faz-se um exame das tendências observadas no desenvolvimento do Nordeste, nos anos iniciais do século XXI, destacando mudanças importantes e identificando permanências relevantes.

Por fim, especula-se sobre tendências futuras e desafios para o desenvolvimento regional nas próximas décadas.

O CONTEXTO RECENTE DO DESENVOLVIMENTO NACIONAL

O Brasil do fim do século XX havia se tornado uma importante economia industrial construída em processo que agudizou desigualdades sociais e regionais. No entanto, a forte concentração da indústria no Sudeste atingira seu auge nos anos 1970 e, desde então, observa-se um modesto movimento de desconcentração que beneficiou especialmente o interior de São Paulo, Minas Gerais e a Região Sul, mas que também atingiu as metrópoles do litoral do Nordeste e chegou a Manaus, no Norte, por conta especialmente de incentivos fiscais, sobretudo a Zona Franca de Manaus. A rápida abertura comercial promovida nos anos 1990, associada a câmbio valorizado e juros elevados, afetou o tecido industrial existente, iniciando movimento que alguns denominam de desindustrialização, cujo germe se localiza naquele momento.

Por sua vez, a base agropecuária ocupou novos espaços e se modernizou sem que mudanças na velha estrutura fundiária se afirmassem, e a exploração de seus abundantes recursos naturais se fez em tempos nos quais a dimensão ambiental não tinha o destaque dos tempos atuais.

Mas a pujança da economia brasileira havia arrefecido nos anos 1980 em meio à crise da dívida e ao avanço da inserção do país no contexto da financeirização da economia mundial. O Estado desenvolvimentista falira e estava envolto em aguda

crise financeira. Para se financiar, passa a emitir títulos que alimentam o rentismo. Transforma-se, assim, de patrocinador do desenvolvimento em refém de seus credores.

Além disso, o processo hiperinflacionário impactava o ambiente, punindo com mais força o poder de compra dos mais pobres e das pequenas empresas, sem condições de compensar seus impactos no mundo das aplicações financeiras, como o faziam os mais abastados e as grandes empresas. Sem horizonte, os agentes econômicos e as políticas públicas não conseguem escapar do curto prazo.

É nesse contexto que se realiza a luta pela redemocratização do país e se instala a Constituinte. A Carta Constitucional de 1988 avança nas políticas sociais e nos direitos dos cidadãos, mas é impactada também pelos elementos de constrangimento vindos do ambiente econômico.

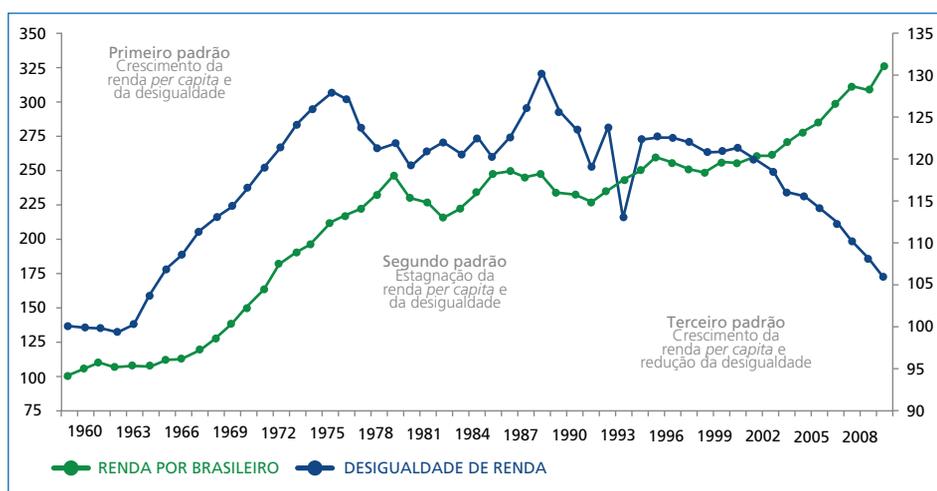
O Plano Real conseguiu domar a hiperinflação e abriu espaço para um olhar mais atento nas mudanças que vinham ocorrendo em escala planetária, em que a Ásia ganhara espaço e a América do Sul estava bloqueada, com a maioria de seus países envoltos em problemas semelhantes aos brasileiros. Mas o Plano Real foi estruturado segundo um modelo que deixou novos problemas, tais como o câmbio valorizado, que gerou forte vulnerabilidade externa, com elevados déficits em conta-corrente no Balanço de Pagamentos (que trouxe para o Brasil fortes impactos negativos de crises de outros países), e a elevação do endividamento público e da carga tributária bruta (que passa de 25% em 1994 para 35% no início do novo século).

Já os anos iniciais do século XXI são vividos em um contexto em que a economia mundial ia razoavelmente bem e no qual a China, que acelerara seu crescimento, tornara-se importante compradora das *commodities* brasileiras. Isso ajudou a melhorar o desempenho da economia nacional, mesmo em tempos de inflação resistente, mas muito mais bem comportada que a que o país experimentara nas décadas anteriores.

Qualquer indicador que se tome mostra que a situação macroeconômica do Brasil na primeira década do atual século era muito melhor do que aquela prevalecente no fim do século XX. Restavam, porém, problemas relevantes, sendo um deles expresso na relação dívida pública/Produto Interno Bruto (PIB) ainda elevada, que, em um contexto de juros muito altos que permanecia, absorvia elevados níveis de despesas públicas com os serviços da dívida pública.

Mas a melhoria do quadro fiscal foi abrindo espaço para a retomada de políticas públicas, em especial as federais. Dentre elas, destacaram-se as políticas sociais que estimularam o crescimento da renda das famílias junto com a significativa elevação do valor do salário mínimo em um contexto de inflação mais controlada. A elevação da renda das famílias e a retomada do crescimento da economia – esta associada a uma política de crédito ativa –, que se acompanhou do aumento dos empregos, estimularam o consumo interno.

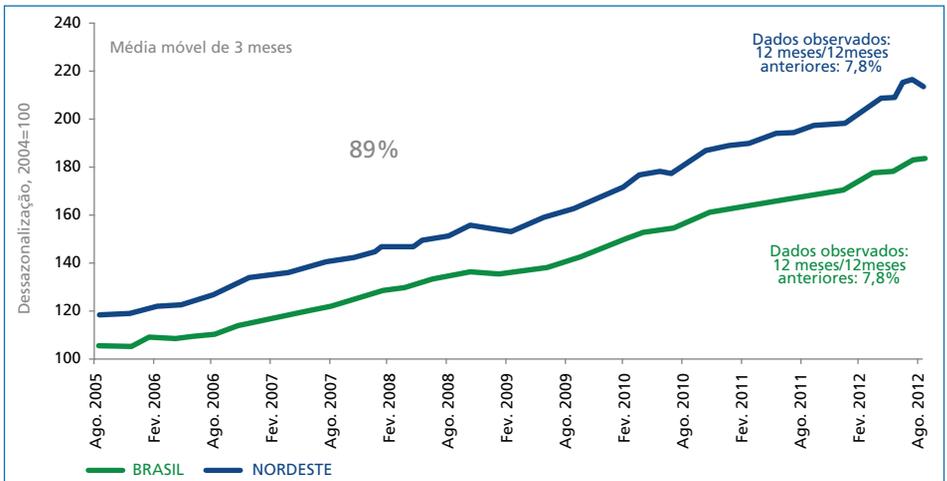
GRÁFICO 1 Brasil: evolução dos índices da renda *per capita* nacional e do grau de desigualdade da renda pessoal (1960=100)



O país experimentou um momento novo, no qual a renda cresceu também nas camadas mais pobres, e o Índice de Gini revela uma redução no padrão de desigualdade herdado, como mostra o Gráfico 1 elaborado por estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

Essa novidade teve impactos positivos, especialmente nas regiões menos desenvolvidas, como o Nordeste. Tanto que, entre 2005 e 2012, as vendas no varejo no Nordeste cresceram acima da média nacional, como se vê no Gráfico 2.

GRÁFICO 2 Vendas no varejo



No momento seguinte, o governo federal organiza um interessante bloco de investimentos em torno do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o que ajuda a manter a economia estimulada. Parte desse bloco vai se dirigir ao Nordeste, como será visto a seguir.

O fato é que, assim que se instala a crise mundial na rasteira do estouro da bolha imobiliária americana, o Brasil consegue re-

sistir bem nos primeiros anos. Mas seus desdobramentos vão afetar a dinâmica nacional na segunda década do século em curso.

No entanto, o modo de crescer da economia nacional nos anos recentes trouxe impactos interessantes ao desenvolvimento regional, mesmo em um contexto em que as políticas regionais *strictu sensu* não tenham sido retomadas. E o Nordeste se beneficiou das oportunidades criadas em escala nacional como será visto a seguir.

MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS NA TRAJETÓRIA DO NORDESTE

A trajetória experimentada pelo país nos anos recentes teve impactos regionalmente diferenciados. Políticas que afetaram a renda das famílias, como o Programa Bolsa Família (PBF) e o aumento real do salário mínimo, impactaram muito mais fortemente o Nordeste (onde 45% dos ocupados recebem até um salário mínimo, bem acima da média brasileira, que é de 26%) do que o Sudeste (onde esse percentual é de apenas 17,6%), segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) [IBGE (2009)].

Entre 2000 e 2010, como mostra a Tabela 1 – elaborada com base no Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) –, o valor do rendimento médio das famílias residentes no Nordeste cresceu 5,6% a.a., quando a média nacional foi de 4,5%, e no Sudeste essa taxa foi de 3,9%. Isso é uma mudança relevante. Em momentos anteriores, o Sudeste é quem liderava o crescimento da renda no país.

Uma observação interessante deve ser feita sobre o impacto diferenciado do PBF, quando analisado em termos regionais. O Nordeste, por concentrar mais de metade da população muito pobre do país, capta 55% dos recursos desse programa. Nessa região, concentra-se a pobreza rural, e ela tem como endereço principal os pequenos municípios, em especial os do grande espaço semiárido. Nesses municípios, foi interessante observar que,

como as bases produtivas locais são muito modestas, o novo e sistemático fluxo de renda não só dava cobertura social aos beneficiados diretos, como também dinamizava as lojas, as farmácias, as padarias, as feiras semanais. Tal resultado não é identificado no outro grande endereço do PBF, a Região Sudeste, que capta o segundo maior volume de recursos, ou seja, 25% do total aplicado. Como ali é o domínio da pobreza urbana, e como a base produtiva é ampla e forte, o impacto do programa é apenas o de levar o manto protetor do Estado aos que vivem em situação de dura miséria no coração da região mais rica do país.

TABELA 1 Brasil e regiões: evolução do rendimento médio das famílias

Área geográfica	2000* (R\$)	2010 (R\$)	Taxa (%) de crescimento médio anual 2010-2000
Nordeste	790,46	1.369,51	5,6
Centro-Oeste	1.537,74	2.526,78	5,1
Sul	1.452,45	2.386,26	5,1
Norte	1.006,96	1.653,55	5,1
Brasil	1.372,51	2.127,33	4,5
Sudeste	1.697,23	2.490,95	3,9

Fonte: Elaboração Ceplan, com base em dados dos Censos Demográficos 2000 e 2010 do IBGE.

* Valores a preços de 2010, deflacionados pelo INPC.

Com a renda em crescimento, o consumo se dinamizou. Mas vale destacar que o dinamismo do consumo estimulou, em um segundo momento, o investimento. Não se conseguirão entender as mudanças recentes na vida econômica do Nordeste sem examinar esse outro componente. Indústrias de alimentos e bebidas, de bens duráveis, por exemplo, buscaram se instalar ou se ampliar para produzir na região, em especial em suas cidades médias. As grandes redes de supermercados e os *shopping centers* também se multiplicaram nesses locais, a fim de disputar os novos consumidores.

Por seu lado, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), já referido, envelopou um conjunto de projetos concentrados na ampliação da infraestrutura econômica e social do país. Um

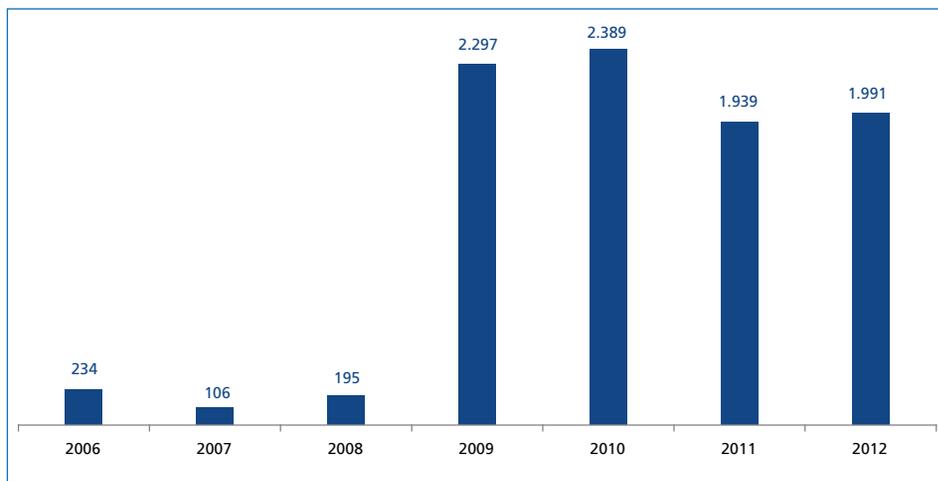
destaque é o programa Minha Casa Minha Vida, que busca enfrentar um velho problema: o elevado déficit habitacional, concentrado nas famílias de mais baixa renda. Em paralelo, a descoberta de petróleo na camada do pré-sal estimulou os investimentos da Petrobras. O principal beneficiário dessas iniciativas foi o setor da construção civil, bom gerador de empregos. Tal atividade se dinamizou em todo o país e liderou as taxas de crescimento do emprego formal Brasil afora. A leitura regional desse bloco de investimentos mostra que ele era regionalmente desconcentrador, no longo prazo, como constata estudo feito pelo Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (Cedeplar)/Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), sob a coordenação de Mauro Borges Lemos [Lemos (2008/2009)].

No caso da Petrobras, duas políticas da empresa foram alteradas: a de compras e a de expansão de refinarias. A política de compras passou a ser usada para estimular o setor produtivo nacional, com destaque para a aquisição de sondas e navios, o que faz renascer a indústria naval no Sudeste (especialmente no Rio de Janeiro) e no Sul (Rio Grande do Sul) e leva estaleiros para vários estados do Nordeste (Pernambuco, Alagoas, Bahia e Maranhão). No caso das refinarias, a empresa deixou de ampliar as já existentes (concentradas no Sudeste e Sul) e partiu para construir novas unidades, três delas no Nordeste.

Outro instrumento usado para retomar o crescimento foi o crédito. Para compreender sua importância, basta ver a evolução da relação crédito/PIB passando de 25% para 45% em poucos anos. O economista Leonardo Guimarães Neto, em estudo recente, mostrou que o Norte e o Nordeste lideram o crescimento do crédito no país, tanto de pessoa física quanto de pessoa jurídica. As taxas para essas regiões (exceto a Região Norte, no caso de pessoa jurídica) são maiores que as taxas médias no Brasil e superiores às observadas para as regiões mais ricas [Guimarães Neto (2010)]. Isso é outra novidade.

Além do crédito ao consumo, merece destaque o comportamento do crédito ao investimento no Nordeste dos anos recentes. E os bancos públicos desempenharam papel importante nesse contexto, merecendo destaque o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e o BNDES. No caso deste último, os desembolsos para o Nordeste apresentam elevação nítida nos anos recentes, pelo financiamento a projetos estruturadores de um novo momento na região, como mostra o Gráfico 3.

GRÁFICO 3 BNDES: desembolsos no Nordeste (em R\$ milhões), 2006-2012



Fonte: BNDES.

Esses números refletem a presença, em vários estados da região, de projetos importantes, como hidrelétrica (MA), plantas de energia eólica (BA, PI, CE e RN), refinarias (PE e CE), estaleiros (PE, AL, BA e MA), siderúrgicas (MA e CE), indústrias de celulose (MA e BA), indústria automotiva (PE) e petroquímica (PE), entre outros.

Dois resultados da nova forma de fazer a economia do país crescer podem ser ainda destacados quando se faz a leitura regional. O primeiro é que, no período 2003-2010, as taxas de

crescimento da economia do Norte (5,4%), do Centro-Oeste (5%) e do Nordeste (4,9%) apresentaram-se mais elevadas que a média nacional (4,4%) e que as do Sudeste (4,5%) e Sul (3,4%), segundo dados do IBGE.

Outra resultante desse padrão de crescimento foi sua capacidade de gerar empregos formais – ainda que ajudada pelos impactos iniciais do “bônus demográfico” –, alterando completamente previsões pessimistas que dominavam nos anos 1980 e 1990 sobre a dinâmica do mercado de trabalho no país.

Um balanço da criação de empregos formais, no período de dezembro de 2002 a dezembro de 2010, mostra que as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste lideraram as taxas de crescimento dessa variável, como fica claro na Tabela 2.

TABELA 2 Brasil e grandes regiões: evolução do estoque de empregos formais, 2002 e 2010

Área geográfica	Dezembro 2002	Dezembro 2010	Taxa (%) anual de crescimento 2010-2002	Criação de emprego no período	Peso (%) da criação no estoque de emprego
Norte	1.296.597	2.408.182	8,0	1.111.585	85,7
Nordeste	4.859.397	8.010.839	6,4	3.151.442	64,9
Sudeste	15.128.474	22.460.999	5,1	7.332.525	48,5
Sul	5.075.659	7.557.531	5,1	2.481.872	48,9
Centro-Oeste	2.323.786	3.630.804	5,7	1.307.018	56,2
Brasil	28.683.913	44.068.355	5,5	15.384.442	53,6

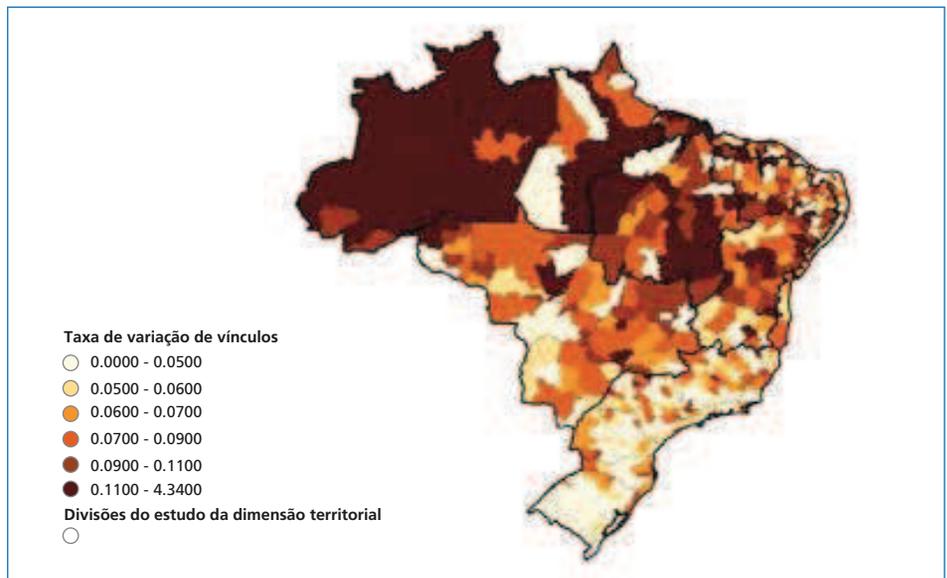
Fonte: Elaboração própria, com base em dados de Rais/MTE.

A leitura regional da dinâmica recente do emprego formal no país, observada por microrregião homogênea, também revela com clareza o impacto positivo experimentado pelas regiões Norte, Nordeste e parte do Centro-Oeste, como bem mostra a Figura 1.

Outra mudança importante foi observada nas cidades médias do Nordeste, que passaram a crescer com mais intensidade. O último Censo Demográfico registra que elas são as que mais

ganham peso relativo na população total do país, e tal fenômeno também é nordestino. Os municípios de 100 mil a 2 milhões de habitantes estão ganhando peso relativo e esta é uma mudança muito importante, porque poderia representar uma chance de construir, no século XXI, cidades livres das mazelas que marcaram o século XX, se houvesse planejamento e investimento adequados.

FIGURA 1 Brasil: crescimento do emprego formal, por MRH, 2004-2010



Fonte: Rais/MTE.

E uma das fontes de dinamismo dessas cidades, ao lado do crescimento do comércio e dos serviços, impulsionados pela elevação da renda das famílias do seu entorno, foi a expansão e interiorização do ensino superior.

Tratou-se de uma política nacional setorial, mas que teve uma diretriz firme de enfrentamento das diferenças regionais

na oferta desse nível de ensino, tanto que ela teve uma expressão regional positiva, como retratam os mapas da Figura 2. O primeiro mapa mostra que, em 2002, o Brasil tinha 43 *campi* das universidades federais implantados, e sua localização revelava a herança de concentração que marcou o Brasil em sua formação histórica: privilegiava o Sudeste, o Sul e o litoral. Em 2010, com a implantação da Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), o número de *campi* havia aumentado para 230, e, do ponto de vista regional, o segundo mapa mostra, com clareza, a tendência à interiorização e à desconcentração regional. Isso permitiu levar a possibilidade de acesso ao ensino superior a milhares de jovens que, dado o padrão anterior, não conseguiriam essa oportunidade.

A presença desses *campi* em cidades médias não somente tem um impacto imediato e significativo na vida cultural, mas também dinamiza o comércio e os serviços locais. Por sua vez, o Programa Universidade para Todos (Prouni) permitiu o acesso de jovens oriundos das camadas populares à universidade, pela via do ensino privado (patrocinado com renúncia fiscal do governo federal). O fato é que, considerando o ensino público e o privado, os dados sobre população com ensino superior concluído melhoraram muito no Brasil da primeira década do século XXI. O Censo Demográfico de 2000 e o de 2010 mostram que o número de pessoas com ensino superior completo mais que dobrou, passando de 5,9 milhões para 13,5 milhões de pessoas. E Nordeste, Centro-Oeste e Norte foram as regiões que experimentaram maior incremento, tanto que ganham participação no total nacional (de 14,1% para 16,2%, de 7,1% para 8,6% e de 3% para 4,7%, respectivamente). Várias cidades médias do Nordeste se beneficiaram com tal presença, e seus frutos ainda vão ser colhidos nos próximos anos.

Tomando outro indicador, o de matriculados no ensino superior, constata-se que ele cresceu significativamente em todas as regiões do país. Mas um destaque especial merece, mais uma vez, essa tendência no Nordeste, como mostra a Tabela 3. Enquanto na média brasileira dobra o percentual, no Nordeste ele mais que dobra, assim como no Norte. Essa é uma mudança muito importante na dinâmica do desenvolvimento regional nos anos recentes, dado o hiato de qualificação existente entre a mão de obra nordestina e a das regiões mais avançadas do país.

TABELA 3 Brasil e grandes regiões – proporção de pessoas de 18 a 24 anos matriculadas no ensino superior, 2000-2010 (em %)

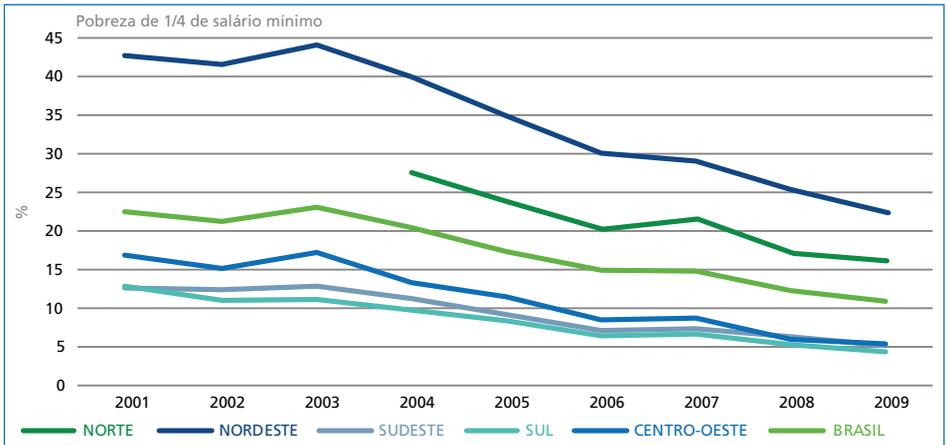
Área geográfica	2000	2010
Sudeste	14,3	27,7
Centro-Oeste	13,3	27,5
Sul	17,0	27,4
Brasil	11,5	22,8
Norte	6,1	16,1
Nordeste	6,1	15,0

Fonte: Elaboração Ceplan, com base em dados do Censo do Ensino Superior de Inep (2010) e Censo 2010 do IBGE.

Finalmente, no que se refere à escolha central do governo federal nos governos recentes, ou seja, a busca de redução da pobreza extrema, o Gráfico 4, elaborado com base na Pnad [IBGE (2009)], mostra mais um forte declínio da pobreza extrema no Nordeste e no Norte, entre 2003 e 2009, aproximando a situação dessas regiões à da média nacional e reduzindo o hiato que as separa das regiões mais ricas.

O resultado no Nordeste é visível. A redução da miséria foi de fato uma das mudanças mais relevantes observadas nos anos recentes. O momento recente de seca prolongada mostrou o impacto dessa melhoria: não se falou em saques a supermercados ou em cenas de mendicância nas estradas, como em momentos anteriores.

GRÁFICO 4 Brasil: evolução da pobreza extrema por regiões, 2001-2009



Fonte: IBGE (2009).

Como se vê, mudanças importantes podem ser destacadas, inclusive no quadro social nordestino, algumas aqui enfatizadas. Outras, de caráter mais econômico, também merecem referência, como as que se elencam a seguir:

- » O desmonte do velho tripé do semiárido: o complexo gado-algodão-policultura, no qual o algodão praticamente desapareceu. E isso está promovendo alterações importantes, como o avanço da ovinocaprinocultura, o crescimento de lavouras permanentes em bases patronais, como a produção de uva e manga (Juazeiro-Petrolina), de melão irrigado (RN e CE), de milho (SE e BA), de banana e abacaxi irrigados e, em alguns casos, produzidos por multinacionais, no Vale do Açu (RN) e na Chapada do Apodi (CE), de café (BA), entre outros. Em paralelo, pequenos produtores se firmam em novas bases, como os produtores de mel (PI e CE), de flores (CE e PB), entre outros.
- » A redução do peso relativo do complexo sucroalcooleiro, que declina sua importância na região e no contexto

nacional. Com o avanço do uso da cana-de-açúcar para produção de etanol, desde meados da década de 1970 do século passado, o Sudeste e o Centro-Oeste assumem a liderança dessa atividade. E o Nordeste, com um parque fabril antigo e uma base agrícola menos competitiva, vai perdendo espaço nessa atividade.

- » O avanço dos investimentos na indústria de transformação, que dinamizam o setor no Nordeste e definem um novo perfil da base industrial: novos segmentos se fazem presentes em vários estados, como foi aqui observado. Com isso, a região aumenta seu peso na produção industrial do país nos anos recentes: representava 8% em fins da década de 1990 e passa para 9,3% nos últimos anos da primeira década do século XXI. O destaque, nesse caso, vai para Pernambuco, que vinha em um nítido processo de desindustrialização e atrai um importante bloco de investimentos em vários setores da atividade de transformação industrial.
- » O vigor da construção civil, estimulada pela implantação dos investimentos industriais, pela implementação de importantes projetos de infraestrutura econômica e social e pelo dinamismo da atividade imobiliária nas cidades da região.
- » O avanço da integração da porção oeste do Nordeste na moderna base produtora de grãos do país, sob o comando predominante de empreendedores de fora da região. Em estudo recente para o BNB, o economista Gustavo Maia Gomes estima que:

a produção agrícola (a preços de 2013) dos cerrados nordestinos registravam valor de R\$ 1,75 bilhão, em 1995; R\$ 2,78 bilhões, em 2000, e R\$ 9,32 bilhões, em 2010. Em 15 anos, portanto, o tamanho da agricultura praticada nos cerrados nordestinos quintuplicou. Como ainda há muita disponibilidade de terras e, provavelmente, também de capacidade empresarial e de capital, a continuação deste crescimento irá de-

pendar, fundamentalmente, do que acontecer com a demanda mundial por grãos [Gomes (2014, no prelo)].

Dentre as permanências, destacam-se a força da velha estrutura fundiária e o peso da ocupação rural, mesmo em meio a intenso processo de avanço da urbanização. A região mantém quase metade da População Economicamente Ativa (PEA) ocupada nas atividades agropecuárias do país, segundo o último Censo Agropecuário do IBGE, e é mantido o grande hiato entre os indicadores sociais nordestinos e os das regiões mais ricas do país, apesar dos avanços realizados. Um número é simbólico: o da taxa de analfabetismo das pessoas de dez anos ou mais; entre 2000 e 2010, ela caiu de 12,8 para 9,0 no Brasil e de 24,6 para 17,6 no Nordeste. A taxa do Nordeste rural, entretanto, ainda era de quase 30%, em 2010.

PERSPECTIVAS E DESAFIOS PARA AS PRÓXIMAS DÉCADAS

Apesar dos avanços obtidos, alguns desafios deverão ser enfrentados no futuro próximo. Cabe, desde logo, não esquecer que, embora convergências possam ter sido observadas, a dimensão da desigualdade regional herdada ainda se reflete em qualquer indicador socioeconômico que se tome, como a taxa de mortalidade infantil ou a taxa de analfabetismo das pessoas de dez anos ou mais. Hiato igualmente desafiadores permanecem entre o Brasil urbano e o rural, introduzindo diferenciais mesmo nas regiões mais pobres.

Por outro lado, a concentração econômica que beneficiou o Sudeste e o Sul no século XX, embora atenuada, ainda é uma marca muito forte no cenário do desenvolvimento regional brasileiro. Vale lembrar que o Nordeste respondia por 12,4% da economia do país em 2000 e, com todas as mudanças aqui destacadas, responde por 13,4% em 2010. Ou seja, em dez anos, ganhou apenas um ponto percentual, e continua abrigo quase

28% dos brasileiros em seu território. Assim, o rendimento domiciliar médio mensal no Nordeste não chega a representar dois terços da média nacional e é cerca de 55% da média do Sudeste, segundo dados do Censo Demográfico de 2010.

Há nuvens no horizonte que não podem ser desconsideradas. A exploração do petróleo do pré-sal, por exemplo, pode se tornar uma cunha na tendência à desconcentração e interiorização vivenciada nos tempos mais recentes. Todavia, outros segmentos industriais mantêm tendência à concentração regional, como o setor automotivo, a petroquímica, a produção do etanol (nos quais o Nordeste está perdendo peso relativo, enquanto São Paulo, Mato Grosso do Sul e Goiás se destacam), entre muitos outros. E a política industrial do país não deixa clara a preocupação com essa tendência concentradora.

Nesse quadro, torna-se importante aprofundar o pensamento sobre ordenamento territorial (e seu futuro), um tema já aplicado em muitos países e que amplia o escopo das tradicionais pesquisas sobre desenvolvimento regional.

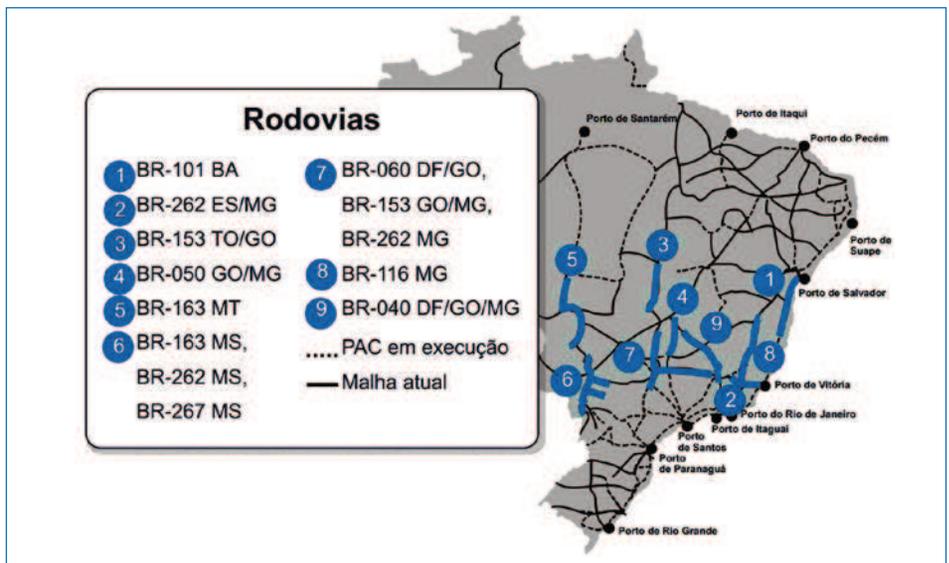
Ainda no campo dos desafios, vale ressaltar uma tendência nacional recente: a de estimular o investimento em infraestrutura econômica por meio de concessões ao setor privado. A Figura 3, que serviu ao anúncio dessa mudança em 2012, indica com clareza uma preferência por projetos que se concentram no Sudeste, Sul e Centro-Oeste. No Nordeste, apenas a Bahia tem presença (e tímida) no mapa. Se este é o novo modelo de financiamento, cabe um alerta ao Nordeste, onde a base de infraestrutura econômica requer novos investimentos.

Um último desafio a destacar tem a ver com a integração sul-americana. O esforço salutar de aproximar o Brasil de seus vizinhos sul-americanos tem colocado uma de suas prioridades em um bloco de investimentos em infraestrutura econômica. Eles devem proporcionar a integração física que viabilizará a integração econômica. No conjunto de investimentos, previs-

tos e em implantação na Iniciativa para Integração Regional Sul-Americana (IIRSA), fica nítida, por exemplo, a ausência de investimentos no Nordeste.

A dimensão territorial do desenvolvimento continua, portanto, sendo um desafio, apesar das tendências positivas aqui destacadas e para as quais o Governo Lula deu sua contribuição.

FIGURA 3 Brasil: concessões anunciadas em 2012



Fonte: Ministério dos Transportes.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, T. B. Brasil: desafios de uma política de desenvolvimento regional contemporânea. In: DINIZ, C. C. *Políticas de desenvolvimento regional: desafios e perspectivas à luz das experiências da União Europeia e do Brasil*. Brasília: Editora UnB, 2007.

_____. Desenvolvimento regional brasileiro e políticas públicas federais no governo Lula. In: SADER, E. (Org.). *10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil*. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO, 2013.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG). *Estudo da Dimensão Territorial do Planejamento*. Brasília, 2008.

CGEE – CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS. *Projeto Brasil 2003-2010: trajetórias e desafios*. Brasília, CGEE, maio 2010.

DINIZ, C. C. Repensando a questão regional brasileira: tendências, desafios e caminhos. In: CASTRO, A. C. (Org.). *Desenvolvimento em debate: painéis sobre o desenvolvimento brasileiro II*. Rio de Janeiro: BNDES, 2002, p. 239-274.

GOMES, G. M. *Macroeconomia do nordeste: tendências, desafios e perspectivas da dinâmica da economia do Nordeste e seus determinantes e das mudanças na estrutura produtiva regional*. Brasília: IICA, 2014. Mimeografado. No prelo.

GUIMARÃES NETO, L. *Nota Técnica sobre as desigualdades regionais no Governo Lula, preparada para o estudo Brasil 2003-2010*. Brasília: CGEE, 2010 (inédita).

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, microdados de 2009*. IBGE: Rio de Janeiro, 2010.

LEMOS, M. B. et al. *Perspectivas do investimento na dimensão regional*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008/2009.

